


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2fam@tjsp.jus.br

**SENTENÇA - ALVARÁ**

**Processo Digital nº:** 1018065-55.2015.8.26.0566  
**Classe - Assunto** Alvará Judicial - Lei 6858/80 - REGISTROS PÚBLICOS  
**Requerente:** Fabiana Meire  
**Requerido:** Francisco Balderramo Filho

Juiz de Direito: **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

**Fabiana Meire**, brasileira, do lar, unida estavelmente, CPF 149.458.888-92, RG 22.500.196-2, alega que, através de Escritura Pública de Doação com Reserva de Usufruto, datada de 07/06/2011, recebeu em doação o imóvel transcrito no documento de fls. 13/14, tendo como doador o Sr. Francisco Balderramo Filho falecido em 11/09/2011, conforme faz prova a certidão de óbito de fls. 08. No entanto, quando da apresentação, da referida escritura, para registro, junto ao cartório de registro de imóveis, este apresentou uma nota de devolução solicitando o aditamento da mesma para o fim especial de ficar constando, da referida escritura, o grau de parentesco entre doador e donatária. Diante disso, requer a expedição de alvará para retificar a escritura, para que nele fique constando que na data da lavratura da referida escritura de doação, doador e donatária não tinham qualquer grau de parentesco.

O representante do Ministério Público se manifestou às fls. 19/20 e 29.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

A autora pretende a retificação da Escritura Pública de Doação com Reserva de Usufruto, datada de 07/06/2011, onde recebeu o imóvel transcrito no documento de fls. 13/14, tendo como doador o Sr. Francisco Balderramo Filho falecido em 11/09/2011, para que nela fique constando que, quando da lavratura da mesma, doador e donatária não tinham qualquer grau de parentesco, vez que esta na época era casada com outra pessoa, conforme faz prova a certidão de casamento de fls. 07.

À fl. 25, foi juntado termo de anuência apresentado pela filha do doador, Bruna Meire Balderramo, anuindo expressamente quanto ao pedido formulado pela requerente.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2fam@tjsp.jus.br

Com todo respeito ao entendimento do Ministério Público, houve observância ao contraditório em relação à herdeira Bruna (fls. 25), sendo então possível, neste caso, em procedimento de jurisdição voluntária, a expedição de alvará judicial para que a vontade do falecido seja suprida em retificação de escritura, salientando-se que a referida escritura foi lavrada em 07/06/2011, data na qual, de fato, conforme prova a certidão de casamento de fls. 07, a donatária já havia se casado.

**Assim, DEFIRO O PEDIDO INICIAL: concedo ALVARÁ** para que a requerente **Fabiana Meire**, possa, junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas da cidade de Américo Brasiliense, SP, Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, **PROCEDER A RETIFICAÇÃO da Escritura Pública de Doação com Reserva de Usufruto, datada de 07/06/2011, lavrada à fl. 034, do livro nº 132**, tendo como doador Francisco Balderramo Filho, já qualificado na referida escritura, e como donatária a ora requerente, acima qualificada, devendo, na referida Escritura, **passar a constar que o doador e a donatária não tinham qualquer grau de parentesco na época da lavratura da mesma.**

A requerente **Fabiana Meire, brasileira, do lar, unida estavelmente, CPF 149.458.888-92, RG 22.500.196-2**, residente e domiciliada na Rua Geraldo Bellini Filho, nº 98, Bairro Santa Angelina, nesta cidade de São Carlos, SP, poderá assinar toda e qualquer documentação necessária, junto ao Cartório do Registro Civil, antes mencionado, para o cumprimento desta **sentença que servirá como instrumento de ALVARÁ**, cujo prazo de validade é de **180 dias**. Concedo à requerente os benefícios da AJG. Compete ao advogado da requerente materializar esta sentença/alvará para o seu cumprimento.

P. R. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Desde que satisfeitos todos os requisitos supra, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 01 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**